

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 31 de dezembro de
2021 com Relatório do
Auditor Independente

Banco Randon S.A.
CNPJ 11.476.673/0001-39
NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 15 de fevereiro de 2022.

2º Semestre de 2021

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

Desempenho: O Banco encerrou o 2º semestre de 2021 com carteira de crédito de R\$ 1.368,7 milhões, sendo 97% classificados nos ratings AA, A e B. No exercício de 2021, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 100,2 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 9,7 milhões.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

COVID 19 - A prioridade do Banco é preservação da saúde de funcionários e de suas famílias, reforçando protocolos de higiene e estimulando o trabalho remoto, para buscar maior distanciamento social.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social com menos oportunidades sociais e econômicas, para o exercício da cidadania; Programa Florescer Iniciação Profissional, que prepara jovens de 15 a 16 anos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, e Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração

Alexandre Randon – Presidente

Jaime Marchet – Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina – Conselheiro

Diretoria

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti - Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix – Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do,

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	5	42	9.640
Instrumentos financeiros		1.425.801	846.437
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	35.903	2.299
Títulos e valores mobiliários	6	21.132	11.587
Operações de crédito	7.a	1.205.325	824.640
Outros créditos	7.a	163.441	7.911
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(13.357)	(11.124)
Operações de crédito		(12.358)	(11.085)
Outros créditos		(999)	(39)
Ativos fiscais		10.018	7.629
Correntes		-	76
Diferidos	20.b	10.018	7.553
Outros ativos	8	8.858	17.093
Créditos diversos		434	241
Outros valores e bens		8.424	16.852
Imobilizado de uso	9	287	209
Imobilizações de uso (Depreciação acumulada)		727	607
(Depreciação acumulada)		(440)	(398)
Intangível	9	289	245
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)		692	585
		(403)	(340)
Total do ativo		1.431.938	870.129
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.202.846	700.080
Depósitos	10	726.470	260.888
Depósitos interfinanceiros		460.073	119.032
Depósitos a prazo		266.397	141.856
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	-	25.908
Obrigações por empréstimos e repasses	12	476.376	353.280
Dívida subordinada	13	-	60.004
Provisões	14	840	683
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15	8.555	6.497
Outros passivos	16	6.888	10.735
Resultado de exercícios futuros	17	5.762	2.091
Patrimônio líquido		207.047	150.043
Capital social	18.a	185.000	135.000
Reservas de lucros		22.005	15.002
Ajustes de avaliação patrimonial		42	41
Total do passivo e patrimônio líquido		1.431.938	870.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2021		31/12/2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		59.762	100.231	63.856
Operações de crédito	19	58.263	98.128	62.399
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.499	2.103	1.457
Despesas da intermediação financeira		(38.545)	(58.744)	(33.729)
Operações de captação no mercado		(16.000)	(22.138)	(9.222)
Operações de empréstimos e repasses		(19.371)	(33.469)	(20.055)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos		(3.174)	(3.137)	(4.452)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.217	41.487	30.127
Outras receitas/despesas operacionais		(12.943)	(22.839)	(16.884)
Receitas de prestação de serviços		96	153	160
Rendas de tarifas bancárias		1.303	2.637	2.623
Despesas de pessoal		(4.605)	(9.010)	(7.597)
Outras despesas administrativas	21	(8.250)	(13.040)	(7.592)
Despesas tributárias		(1.477)	(2.525)	(1.846)
Outras receitas operacionais		799	1.678	334
Outras despesas operacionais		(809)	(2.732)	(2.966)
Resultado antes dos tributos		8.274	18.648	13.243
Tributos sobre o lucro	20.a	(4.462)	(8.943)	(4.877)
Provisão para imposto de renda		(3.461)	(5.828)	(4.346)
Provisão para contribuição social		(3.618)	(5.580)	(3.827)
Ativo fiscal diferido		2.617	2.465	3.296
Lucro líquido do semestre/exercício		3.812	9.705	8.366
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		184.195	184.195	137.899
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,021	0,053	0,061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	3.812	9.705	8.366
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	1	1	26
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	2	2	49
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	(1)	(1)	(23)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	3.813	9.706	8.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	3.812	9.705	8.366
Ajustes ao resultado:			
Constituição de provisão para perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	2.253	2.177	4.418
Constituição de provisão para perdas esperadas assoc. ao risco de outros créditos	921	960	34
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	157	256
(Reversão) constituição de provisão para outros pagamentos	(634)	(547)	600
(Reversão) constituição de provisão de outros valores e bens	(185)	(615)	1.795
Depreciações e amortizações	64	113	73
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	4.462	8.943	4.877
Juros sobre dívida subordinada	-	189	1.650
Atualização monetária de processos judiciais	-	-	(112)
Lucro líquido ajustado	10.693	21.082	21.957
Variações nos ativos e passivos	20.472	25.087	(68.026)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(671)	(9.545)	(311)
(Aumento) em operações de crédito	(353.932)	(381.589)	(286.568)
(Aumento) em outros créditos	(147.990)	(155.646)	(6.512)
Redução (aumento) em outros valores e bens	6.639	9.043	(1.733)
Aumento em depósitos interfinanceiros	392.018	341.041	33.386
Aumento em depósitos a prazo	79.942	124.541	30.806
(Redução) aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	(26.313)	(25.908)	25.908
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	67.056	123.096	130.456
(Redução) aumento em outras obrigações	(698)	(3.619)	5.709
Aumento em resultados de exercícios futuros	4.419	3.671	785
Ajustes de avaliação patrimonial	2	2	48
Impostos pagos sobre o lucro	(1.828)	(9.351)	(6.225)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	29.337	36.818	(52.294)
Alienação de imobilizado de uso	5	5	-
Aquisição de imobilizado de uso	(57)	(133)	(93)
Aquisição de intangível	(37)	(107)	(130)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(89)	(235)	(223)
Dividendos pagos	-	(2.384)	(1.910)
Dívida subordinada paga	-	(60.193)	(3.224)
Integralização de capital	-	50.000	60.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	-	(12.577)	54.866
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.248	24.006	2.349
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	6.697	11.939	9.590
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	35.945	35.945	11.939
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.248	24.006	2.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638
Integralização de capital (Nota 18)	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.366	8.366
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)
Destinação:						
Reserva legal	-	418	-	-	(418)	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Saldos em 1º de janeiro de 2021	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Integralização de capital (Nota 18)	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.705	9.705
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	(397)	-	-	(397)
Dividendos	-	-	-	-	(2.305)	(2.305)
Destinação:						
Reserva legal	-	485	-	-	(485)	-
Reserva geral de lucros	-	-	6.915	-	(6.915)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Saldos em 1º de julho de 2021	185.000	2.660	12.240	41	5.598	205.539
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.812	3.812
Dividendos	-	-	-	-	(2.305)	(2.305)
Destinação:						
Reserva legal	-	190	-	-	(190)	-
Reserva geral de lucros	-	-	6.915	-	(6.915)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

O Banco está tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

Além disso, o Banco ofereceu a flexibilização de pagamentos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, com a Linha BNDES de Renegociação Emergencial (Circular SUP/ADIG BNDES nº 11/2020 de 23 de março de 2020), o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nesse contexto, o Banco disponibilizou também a linha de crédito emergencial FGI - Peac (Lei nº 14.042 de 19 de agosto de 2020 e Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020), que tem como objetivo facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos.

Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 7.h. e 7.d, respectivamente. A administração do Banco Randon S.A. continua com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Banco não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN. Sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas “*pro rata*” dia com base na taxa efetiva das operações.

o) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

q) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no exercício são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi majorada de 20% para 25%. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retornou para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

r) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

t) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, liquidados dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

u) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 20.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	24.404	2.299
Notas do Tesouro Nacional	11.499	-
	<u>35.903</u>	<u>2.299</u>
Disponibilidades	42	9.640
Total	35.945	11.939
Circulante	35.945	11.939

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação			31/12/2021			31/12/2020
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.132	-	21.132	21.162	(30)	11.587

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	22.882	1,67	21.755	2,61
Direitos creditórios descontados	32.841	2,40	39.183	4,71
Financiamentos (b)	1.149.602	83,99	763.702	91,73
Total	1.205.325	88,06	824.640	99,05
Circulante	821.851	60,04	525.593	63,13
Realizável a longo prazo	383.474	28,02	299.047	35,92
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	161.506	11,80	7.911	0,95
Financiamento ativos não financeiros (d)	1.935	0,14	-	-
Total	163.441	11,94	7.911	0,95
Circulante	161.735	11,82	7.911	0,95
Realizável a longo prazo	1.706	0,12	-	-
Total da carteira	1.368.766	100,00	832.551	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Comproar (*Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:	3.260	0,23	820	0,10
A vencer:				
Até 90 dias	794.644	58,06	403.686	48,49
De 91 até 360 dias	185.845	13,58	128.998	15,49
Acima de 361 dias	385.017	28,13	299.047	35,92
Total a vencer	1.365.506	99,77	831.731	99,90
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(8.230)	61,62	(6.824)	61,35
Realizável a longo prazo	(4.128)	30,91	(4.261)	38,30
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.358)	92,53	(11.085)	99,65
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(948)	7,09	(39)	0,35
Realizável a longo prazo	(51)	0,38		
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(999)	7,47	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.357)	100,00	(11.124)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	1.355.409		821.427	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	38.400	2,81	27.167	3,26
20 maiores devedores seguintes	413.096	30,18	235.038	28,23
Demais devedores	917.270	67,01	570.346	68,51
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	2.140	-	-	-
A	0,50%	765.969	3.830	283.194	1.416
B	1,00%	558.729	5.587	516.040	5.160
C	3,00%	28.260	848	25.746	772
D	10,00%	3.904	391	138	14
E	30,00%	114	34	3.982	1.195
F	50,00%	120	60	1.733	866
G	70,00%	68	48	59	42
H	100,00%	2.549	2.549	1.659	1.659
Total		1.361.853	13.347	832.551	11.124

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	4.342	4	-	-
B	1,00%	2.338	5	-	-
C	3,00%	233	1	-	-
Total		6.913	10	-	-

Total da carteira	1.368.766	13.357	832.551	11.124
--------------------------	------------------	---------------	----------------	---------------

- (a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	10.576	11.124	8.628
Constituição de provisão	11.311	16.582	12.847
Reversão de provisão	(8.137)	(13.445)	(8.395)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(393)	(904)	(1.956)
Saldo final	13.357	13.357	11.124

- (b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.075.792	78,60	633.899	76,14
Operações pós-fixadas	292.974	21,40	198.652	23,86
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	185.992	13,59	40.847	4,90
Comércio	539.958	39,45	314.527	37,78
Serviços	622.410	45,47	468.612	56,29
Pessoa jurídica	1.348.360	98,51	823.986	98,97
Pessoa física	20.406	1,49	8.565	1,03
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

g) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$90 (R\$ 1.876 em 31 de dezembro de 2020).

h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram renegociadas operações no total de R\$36.217 (R\$279.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Do montante total renegociado no exercício de 2020, R\$245.468 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nr.11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função do COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.

i) Cessões de crédito

No exercício de 31 de dezembro de 2021, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 161.506 (R\$ 7.911 no exercício de 2020). Deste montante, R\$ 76.304 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, R\$ 190 refere-se a duplicatas de terceiros e, R\$ 85.012 refere-se a duplicatas de clientes das Empresas Randon. As operações com duplicatas de clientes das Empresas Randon ocorreram a partir do 2º semestre de 2021. Essas operações geraram resultado de R\$ 1.793 no período (R\$ 77 no exercício de 2020). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos diversos	434	241
Adiantamentos diversos	154	106
Devedores diversos – país	157	12
Depósitos judiciais (Nota 14)	123	123
Outros valores e bens	8.424	16.852
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (a)	8.185	16.653
Despesas antecipadas	239	199
Total	8.858	17.093
Circulante	673	16.970
Realizável a longo prazo	8.185	123

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Custo	Provisão para desvalorização	31/12/2021 Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	31/12/2020 Custo líquido
Imóveis	9.618	(999)	(434)	8.185	16.653
Total	9.618	(999)	(434)	8.185	16.653

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.048	253
Constituição de provisão	502	1.795
Reversão de provisão	(1.117)	-
Saldo final	1.433	2.048

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços para a venda desses bens.

9. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2021		31/12/2020		Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
	Custo corrigido	Depreciação /amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Mobiliário	268	(226)	42	46	15,5%
Equip de processamento de dados	316	(166)	150	83	35,7%
Equip. de comunicação e segurança	143	(48)	95	80	19,5% e 25,2%
Imobilizado de uso	727	(440)	287	209	
Sistemas de processamento de dados	503	(226)	277	144	
Sistemas de processamento de dados - em desenvolvimento	12	-	12	101	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	
Intangível	692	(403)	289	245	20,00%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2021, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

10. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 155% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (99% a 183% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxas de até 9,5% ao ano (6,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	Circulante Até 12 meses	31/12/2021 Exigível a longo prazo			Total	Total
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	460.073	-	-	-	-	460.073
A prazo	41.405	8.312	15.906	200.774	224.992	266.397
Total	501.478	8.312	15.906	200.774	224.992	726.470

	Circulante Até 12 meses	31/12/2020 Exigível a longo prazo			Total	Total
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032
A prazo	1.838	25.121	11.958	102.939	140.018	141.856
Total	103.615	42.376	11.958	102.939	157.273	260.888

11. Obrigações por emissão de letras financeiras

	31/12/2021		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	-	-	-
Total	-	-	-

	31/12/2020		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
Total	25.908	-	25.908

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A captação de recursos no valor de R\$ 25.900 possuía correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% a.a. fixado pelo Banco Central do Brasil. De acordo com o vencimento, em 17 de dezembro de 2021 a LTEL-LFG foi liquidada pelo valor final de R\$ 27.107.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2026.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 6,74% a.a. a 7,58% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 11,50% a.a. a 11,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 5,25% a.a. a 5,35% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	31/12/2021				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	39.044	119.061	158.105	314.028	472.133
Repasses do País – FINAME	1.110	2.133	3.243	1.000	4.243
Total	40.154	121.194	161.348	315.028	476.376

	31/12/2020				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
Total	27.488	87.187	114.675	238.605	353.280

13. Dívida subordinada

	31/12/2021		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	-	-	-
Total	-	-	-

	31/12/2020		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
Total	4	60.000	60.004

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possuía remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 04 de março de 2021, houve resgate antecipado do valor total da letra financeira.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Natureza	31/12/2021					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	1.997	2	123	10
Total	840	4	1.997	2	123	10

Natureza	31/12/2020					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Cível						
Indenizatória	-	-	1	1	-	-
Trabalhista	683	4	534	2	123	10
Total	683	4	535	3	123	10

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo
Depósitos judiciais (Nota 8)	123	-	-	123
Provisão para riscos trabalhistas	840	-	-	683

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	683	427
Constituição de provisão	157	259
Reversão de provisão	-	(3)
Saldo final	840	683

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.499	6.442
Impostos e contribuições diferidos	56	55
Total	8.555	6.497
Circulante	8.555	6.497

16. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores e outros credores diversos (a)	768	5.800
Salários e encargos	996	834
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.218	7
Fiscais e previdenciárias (b)	872	862
Sociais e estatutárias	2.915	2.576
Outras obrigações diversas (c)	119	656
Total	6.888	10.735
Circulante	6.859	10.602
Exigível a longo prazo	29	133

(a) Refere-se a repasse de recursos FINAME e outros fornecedores.

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

17. Resultado de exercícios futuros

	31/12/2021	31/12/2020
Comissão por financiamento	5.762	2.091
Total	5.762	2.091

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compropr (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$185.000 (R\$135.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2021	31/12/2020
Ordinárias	92.097.583	68.949.435
Preferenciais	92.097.583	68.949.435
Total	184.195.166	137.898.870

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 30 de abril de 2021, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.987, além de dividendos complementares, no montante de R\$ 397, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2020.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.987	1.910
Dividendos complementares provisionados	397	-
Dividendos provisionados	2.305	1.987
Pagamentos realizados no exercício	(2.384)	(1.910)
Saldo atual no exercício	2.305	1.987
Dividendo por lote de mil ações - R\$	0,013	0,014

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2021.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	1.574	2.830	1.695
Direitos creditórios descontados	4.685	8.523	4.987
Financiamentos	51.998	86.685	53.841
Recuperação de prejuízo	6	90	1.876
Total	58.263	98.128	62.399

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2021 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. A alíquota da contribuição social foi majorada para 25% no período de 1º de julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retornou para 20%.

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.274	18.648	13.243
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (I)	(4.138)	(8.806)	(5.878)
Adições permanentes	(54)	(74)	(53)
Exclusões permanentes	146	218	200
Outros ajustes (II)	(416)	(281)	854
Total	(4.462)	(8.943)	(4.877)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(7.081)	(11.408)	(8.167)
IRPJ e CSLL provisão diferida	2	-	(6)
IRPJ e CSLL ativo diferido	2.617	2.465	3.296
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(4.462)	(8.943)	(4.877)
Alíquota efetiva	53,93%	47,96%	36,82%

(I) A alíquota da contribuição social no período de 1º de julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021 foi de 25%.

(II) Do montante de R\$854 de outros ajustes em 31 de dezembro de 2020, R\$332 refere-se a ganho conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	340	(265)	75
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	170	138	-	308
Outros	1	275	(4)	272
Ativo fiscal diferido	4.246	17.568	(14.261)	7.553
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	11	1	(12)	-

	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.036	8.073	(6.804)	6.305
Receitas diferidas	941	14.486	(12.834)	2.593
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	75	314	(337)	52
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	921	32	(503)	450
Provisão para riscos trabalhistas	308	70	-	378
Outros	272	346	(378)	240
Ativo fiscal diferido	7.553	23.321	(20.856)	10.018

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	2.178
2022	4.111	2.056
2023	2.305	3.287
2024	3.585	15
2025	17	17
Total	10.018	7.553

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 10,44% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$8.288 (R\$7.108 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 2,88% a.a.).

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

21. Outras despesas administrativas

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de processamento de dados	3.840	5.961	2.855
Despesas de serviços técnicos especializados	3.227	4.720	2.350
Participação dos empregados	262	717	753
Despesas de serviços do sistema financeiro	162	304	338
Despesas de comunicação	106	211	120
Despesas de aluguéis	91	177	165
Despesas de promoções e relações públicas	88	196	102
Despesas de contribuições filantrópicas	72	78	392
Despesas de viagens no país	65	80	96
Outras despesas administrativas	337	596	421
Total	8.250	13.040	7.592

22. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	8.650	1.229	(43)	(6)	14	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	12	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	54.890	3.372	(274)	(17)	-	-
Fras-le S.A.	4.634	-	(23)	-	-	-
Freios Controll Ltda.	394	1.207	(2)	(6)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	1.420	298	(7)	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	4.926	1.805	(25)	(9)	1	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	18	-	-	-	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	54	-	-	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	1.318	-	(7)	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	4
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	-	-	7
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1
Total	76.304	7.911	(381)	(39)	27	12

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada (Nota 13)		Credores diversos		Bônus por financiamento (*)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(113.004)	(831)	-	(60.004)	(1)	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(14.046)	(46.101)	-	-	(6)	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(2.554)	-	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	(10.210)	-	-	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(7)	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	(5.762)	(2.091)
Pessoas físicas	(82)	-	-	-	-	-	-	-
Total	(139.896)	(46.932)	-	(60.004)	(14)	-	(5.762)	(2.091)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendedor, Comprador (Floor Plan) e CDC (Nota 17).

	Resultado Despesa							
	Depósitos a prazo		Divida subordinada		Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(2.960)	(760)	(189)	(1.651)	(3.441)	(1.034)	(43)	(6)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(2.241)	(707)	-	-	(664)	(683)	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(54)	-	-	-	96	8	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	(211)	-	-	-	-	6	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(7)	(1)
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(3)	(4)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(2)	(2)	(25)	(9)
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	(23)	-
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	-	-	(2)	(6)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(2)	(2)	(274)	(17)
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(90)	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	(7)	-
Pessoas físicas	(1)	(32)	-	-	-	-	-	-
Total	(5.467)	(1.499)	(189)	(1.651)	(4.105)	(1.710)	(381)	(39)

	Resultado Receita					
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	47	97	-	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	-	7	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	6	5	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	8	11	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	15	16	-	-
Fras-le S.A.	-	-	28	10	-	-
Freios Control Ltd.	-	-	7	4	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	27	3	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	3	-	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	5	-	-	-
Fremax Sistemas Automotivos Eireli	-	-	2	-	-	-
Empresas Randon	28.129	18.641	-	-	11	5
Total	28.129	18.641	148	153	11	5

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.844 (R\$1.674 em 31 de dezembro de 2020), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2021 são representados por R\$92 (R\$201 em 31 de dezembro de 2020) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 27.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	283.135	229.654
Nível I (NI)	283.135	205.653
Capital Principal (CP)	283.135	205.653
Capital social	215.000	165.000
Reservas de capital	43.266	43.368
Lucros acumulados	28.261	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	418	418
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(3.810)	(3.133)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	24.002
Dívida subordinada	-	24.002
Ativos ponderados pelo risco	1.378.722	1.328.242
Risco de crédito	1.000.716	968.177
Risco de mercado	2.491	4.707
Risco operacional	375.515	355.358
Risco de taxa de juros da carteira bancária	12.431	4.213
Margem de capital (*)	172.837	123.395
Índice de Basileia	20,54%	17,29%
Capital Nível I	20,54%	15,48%
Capital Principal	20,54%	15,48%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

25. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nos 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As tabelas aplicáveis ao Banco Randon do Relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Banco são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou essa variável em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

26. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos 11 anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
 - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
 - Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 12%	Aumento de 23%	Aumento de 35%
Efeito no resultado	(5.355)	10.264	15.618
Item sensibilizado	Carteira de crédito – Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 7%	Piora de 14%	Piora de 21%
Efeito no resultado	935	(1.870)	(2.805)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(84)	(168)	(252)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 13%	Aumento de 26%	Aumento de 39%
Efeito no resultado	(1.302)	2.605	3.907

27. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2021 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$180 (R\$252 em 31 de dezembro 2020). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2021 é de R\$23 (R\$44 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

Despesa líquida com benefícios	31/12/2021	31/12/2020
Custo do serviço corrente	4	3
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	-	(2)
Receita de juros sobre ativos do plano	(6)	(46)
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Custo do benefício definido no resultado	(2)	(45)
Rendimento real dos ativos do plano	(1)	(42)

Ativo (passivo) de benefícios

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(34)	(29)
Valor justo dos ativos do plano	46	33
Ativo de benefícios	12	4

No exercício de 2021, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2020	(29)
Custo de juros	(2)
Custo do serviço corrente	(4)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	1
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2021	(34)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	33
Retorno real dos investimentos	8
Transferências	-
Contribuição do empregador	5
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	46

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros de renda variável	10	-
Instrumentos financeiros de renda fixa	23	33
Outros	13	-
	46	33

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
	%	%
Taxa nominal de desconto	8,91	6,72
Taxa nominal de crescimento salarial	5,52	5,52
Taxa nominal de crescimento de benefícios	3,25	3,25

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Contribuições esperadas para o próximo exercício	
Empresa	6
Participantes	-
Total	6

Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício	
Pagamento de benefícios esperados até 31 de dezembro de 2022	4
Pagamento de benefícios esperados após 1º de janeiro de 2023	58
Total	62

Análise de sensibilidade da premissa significativa "taxa de desconto":

Premissa significativa	Valor presente da obrigação (31/12/2021)	1% Aumento - efeito no VPO	1% Redução - efeito no VPO
Taxa de desconto (em 31 de dezembro de 2021 – 8,91%)	34	2	(3)

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 9,91%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 7,91%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$50.648 para danos materiais (R\$10.514 em 31 de dezembro de 2020).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Resultado não recorrente

	31/12/2021 2º Semestre	31/12/2021 Exercício	31/12/2020 Exercício
Eventos não recorrentes			
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	428	305	(545)
Resultado não recorrente	428	305	(545)

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David Jose Teixeira Felix

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1